

Os usos e abusos da cidadania no Brasil oitocentista

*Diogo da Silva Roiz**

CARVALHO, J. M. (org.) *Nação e cidadania no Império: novos horizontes*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, 473p.

Livros coletivos, em geral, constituem um desafio para sínteses. Seja por que a quantidade e o entrelaçamento dos caminhos sugeridos acabam sendo enormes, seja por que as escolhas teóricas e metodológicas são igualmente fluídas e plurais, seja ainda por que o espaço e tempo abordados não são nem homogêneos, nem tão pouco curtos. Se isso tem valido para a maioria das coletâneas que foram organizadas no campo das ciências humanas no país, esse mesmo princípio organizativo não abrange certas propostas, que tem se multiplicado em nosso meio, de formar um conjunto de textos, cada vez mais, temáticos e articulados entre si. Isso se deve tanto ao amadurecimento dos programas de pesquisa e de fomento no país, quanto à criação mais intensa de grupos e núcleos que tem reunido um conjunto de problemas, teorias, metodologias, temáticas e abordagens mais ou menos comuns ao seu redor.

* Doutorando em História pela UFPR, bolsista do CNPq. Mestre em História pelo programa de pós-graduação da UNESP, Campus de Franca. Professor do departamento de História da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS), Campus de Amambai, E-mail: diogors@yahoo.com.br.

O projeto coletivo coordenado por José Murilo de Carvalho, sob o título de *Nação e cidadania no Brasil*, esta entre os que têm alcançado esse feito, com um trabalho intenso e promissor, ao abordar novos horizontes para o estudo da cidadania, da política, da Nação e do Estado no Brasil dos Oitocentos. Reunindo 17 ensaios em três partes temáticas, o livro se detém tanto sobre a história e a prática da cidadania, quanto aos problemas que instigaram os intelectuais, políticos e cidadãos do XIX, a exemplo da escravidão e da justiça, e do poder e da política imperial. Na primeira parte, ‘História, cultura e cidadania’, reuniu-se sete estudos, de José Murilo de Carvalho, Lúcia Maria Bastos Pereira das Neves, Lucia Maria Paschoal Guimarães, Manoel Luiz Salgado Guimarães, Martha Abreu e Carolina Vianna Dantas, Silvana Mota Barbosa, e de Tania Maria Tavares Bessone da Cruz Ferreira. Na segunda, ‘Escravidão, justiça e cidadania’, há outros cinco trabalhos, de Adriana Pereira Campos, Ivan de Andrade Vellasco, Keila Grinberg, Ricardo Salles, e o de Silvia Maria Jardim Brügger. Na terceira e última parte, ‘Poder, política e cidadania’, mais cinco, de Alexandre Mansur Barata, Carlos Gabriel Guimarães, Gladys Sabina Ribeiro, Márcia Maria Menendes Motta, e o de Álvaro Pereira Nascimento.

Propondo-se, como indicado, a reverem o itinerário do conceito e da prática da cidadania no Império do Brasil dos Oitocentos, assim como de suas relações com a escravidão, a liberdade e a justiça, quanto com o poder e a política imperial, esses estudos buscam em comum traçarem novos horizontes, teóricos e metodológicos, para a formulação de procedimentos, cada vez mais,

operacionais para inquirir o objeto, pesquisar as fontes, agrupar os resultados e tratarem da questão. Já na introdução da coletânea, José Murilo de Carvalho esclarece que:

A coincidência entre nação e cidadania é parcial. Uma das concepções de cidadania produzida pela tradição ocidental coincide exatamente com a de identidade coletiva, com a do sentimento de comunidade entre os habitantes de uma cidade ou de um estado, isto é, com a de nação. [...] Mas a cidadania é mais do que identidade, mais do que nação. Ela se atém ao campo político, dentro do qual pode assumir uma feição passiva como a da identidade, ou, e isso é o mais importante, uma dimensão ativa. Nessa distinção reside a razão para alocar nação e cidadania em dois eixos distintos. Acrescente-se a essa razão o fato de que vários capítulos se concentrarem preferencialmente em um ou outro dos eixos. O objetivo é naturalmente fazer com que eles dialoguem ao longo do esforço analítico (p. 10).

Desse modo, por “nação, entendemos, a formação de identidades coletivas”, sendo a “principal identidade coletiva, e a que tem merecido maior atenção dos estudiosos, é a que se constitui dentro do espaço nacional” (p. 10), enquanto na outra extremidade, entende-se por cidadania, “como distinta de nação, será concebida de maneira ampla, incluindo todas as modalidades possíveis de relação entre os cidadãos, de um lado, e o governo e as instituições do Estado, de outro, além de valores e práticas sociais definidoras da esfera pública” (p. 11). Nesse aspecto, a mais “óbvia relação dos cidadãos com o Estado tem a ver com a participação política”, além

de “também se relaciona[re]m com o Estado na qualidade de objetos de normatização da vida coletiva”.

Nessa direção tanto o texto de José Murilo de Carvalho (p. 17-42), quanto o de Manoel Luiz Salgado Guimarães (p. 93-122), discorreram como a imprensa, de um lado, e o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, por meio de sua revista, de outro, debruçaram-se sobre o passado, fazendo dele uso para operacionalizar atitudes e posições, quanto gerar o consenso sobre questões de ordem política, cultural, econômica ou cultural. Silvana Mota Barbosa (p. 153-184) indaga ainda como a imprensa periódica pode ser também uma geradora de rupturas, às vezes drásticas, com o próprio regime político em vigor, a exemplo dos debates que circunstanciaram, além de também plasmarem, parte das crises que se avolumaram no segundo reinado, ocasionando na década de 1870, a própria perda da inviolabilidade do monarca D. Pedro II. Igualmente interessantes serão os resultados encontrados por Tania Maria Tavares Bessone da Cruz Ferreira (p. 185-204), ao estudar *O Patriota*, jornal político, literário e mercantil publicado no Rio de Janeiro entre 1813-1814, e nele identificar o volume de discussões que se formavam em torno de um gênero então em formação, que era o das resenhas, cujo formato permitia além do comentário e crítica de obras, também efetuar balanços sobre determinadas questões, e nelas opinar de forma direta ou indireta. Além disso, esse “tipo de registro contribuiu também para que se compreendessem melhor as representações que os homens de letras constroem de si mesmos e de como o cidadão leitor

da república das letras podia ser introduzido de maneira mais ágil às outras leituras” (p. 201).

Numa outra fronteira de debates, com foco na escravidão, na justiça e na cidadania, se encontrarão estudos interessantes sobre os dilemas da escravidão, em lugar onde a justiça e a busca individual e coletiva pela liberdade não estavam ao alcance de todos, ou melhor dizendo, de qualquer um. Não por acaso, não se limitaram apenas ao estudo de crimes, de policiamentos e punições, do alcance da justiça aos homens de cor, sejam eles escravos, forros ou livres, além de vislumbrarem ainda as relações de poder que são construídas a partir de apadrinhamentos.

Dos exercícios, mesmo que parciais, de cidadania aí forjados, até as repercussões dos caminhos do poder e do lugar da política no interior da monarquia brasileira, é o que nos convidam a pensar, outro conjunto de estudos, detendo-se ora no constitucionalismo e nas práticas de sociabilidade firmadas na cidade do Rio de Janeiro nas décadas iniciais dos oitocentos, ora nas relações do comércio inglês e suas influências no território brasileiro, ora na construção da identidade nacional em contraposição a ação portuguesa, ora ainda na pressão da Igreja, de um lado, e da marinha, de outro, sobre questões territoriais, navais ou políticas.

Nesse sentido, o conjunto dos debates não poderia ser melhor. Seja por que se propuseram a pensar o campo da cidadania, em paralelo a formação da Nação, seja por que nesse exercício vislumbraram como estavam organizados os homens de letras, como agiam na imprensa periódica, de que maneira propunham discussões

sobre a cidadania, a escravidão, a justiça, o comércio e a política, no interior de uma esfera pública ainda em formação, seja ainda por rastreamento os efeitos dessa imprensa periódica nos leitores e gestarem certas opiniões coletivas a respeito dos mais variados temas. Por suas qualidades, essa obra é um convite para que pensemos novos horizontes para a prática da cidadania no país, assim como visualizemos os usos e abusos que dela foram feitos no Brasil oitocentista, quando se formava o Estado e se pensava que tipo de Nação a ele se reuniria.